A pandemia do dano pessoal nas crianças em conflitos armados

Autor(es): Pimentel, P; Bouchardet, FCH; Magalhães, T; Vieira, DN

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/41097>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/1647-8630_25_5

Accessed : 26-Apr-2023 12:52:17

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA PORTUGUESA

do Dano Corporal

Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
al Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
il Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
ortuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
orporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
il Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
ortuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal

DEZ 2014 • ANO XXIII • N.º 25

APADAC
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE AVALIAÇÃO
DO DANO CORPORAL

I
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

A pandemia do dano pessoal nas crianças em conflitos armados

Pimentel P¹, Bouchardet FCH², Magalhães T³, Vieira DN⁴

O homem vive hodiernamente numa sociedade pós-moderna que está em constante mutação social, cultural, económica e política.

É este o mundo turbulento, enigmático e setorial em que nos inserimos e interligamos, que debita em nosso juízo uma ressonância que pressupõe uma discussão livre e amplamente participada, uma partilha de reflexão e análise sócio-jurídica e médico-legal da problemática da constante violação e preocupação em aplicar os direitos humanos em palcos de guerra, conflitos armados, de violência, onde o crime, a marginalização social, a fome, a pobreza, a individualização e impessoalidade da sociedade, os desencontros da política, as oscilações económico-financeiras proliferam no macro-cosmos englobante e afetam o nosso modo de ser.

O Homem motivado por questões religiosas, étnicas, político-ideológicas, interesses económicos, territoriais, de secessão ou separatista, libertação nacional ou independência, de vingança, ou de posse, foi manchando a nossa História com confrontos armados, “guerras” que vitimizaram milhões de pessoas ao longo de várias épocas, desde a pré-história quando o homem precisava evoluir a sua indumentária para caçar, conseguir o alimento, controlar e/ou amedrontar os inimigos, deter a soberania e poder sob determinado grupo. Na Antiguidade, servem de exemplos a conquista da Suméria e as guerras do Império Romano, as Nove Cruzadas e a Guerra dos 100 anos na Idade Média e durante o Renascimento Europeu, a Guerra dos 30 anos no séc. XVII, as Guerras Mundiais, a Guerra Fria e hoje, os conflitos na Síria, Iraque, no Sul Sudão, o Estado islâmico na Nigéria que chegam a provocar

¹ Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

² Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte

³ Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

⁴ Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

em média 10.000 mortes por ano. Abaixo desse número, estão os conflitos entre Israel e a Palestina, no Afeganistão, Paquistão, o Shia no Iémen, o narcotráfico e as rivalidades entre gangues no México, a pirataria na Somália, a guerra na República Centro-Africana, em Donbass – Ucrânia e na Líbia. A mortandade até às 1000 mortes é registada em conflitos no Mali, no Egito, no Líbano, no Sudão, na República Democrática do Congo, na Colômbia com as Forças Armadas Revolucionárias e o narcotráfico, em Caxemira que já dura há décadas entre a Índia e o Paquistão, entre outros conflitos menores cuja mortalidade ainda atinge as 100 vítimas por ano.

As guerras sempre existiram é um facto, mas ao longo do tempo o fim ao qual se destinava foi-se modificando à medida que o homem não dominou esse seu ímpeto de insatisfação por natureza como refere Durkheim (1973), vendo assim as suas necessidades evoluírem e obrigando-se a sobrepujar novos territórios. De uma forma geral, o Homem evoluiu e com ele a Ciência, fazendo uso das novas tecnologias continua através das guerras a almejar a hegemonia económica, político-militar, alimentando indústrias bélicas, mas a desrespeitar-se a ele próprio, violando constantemente os Direitos Humanos.

Apesar de Sun Tzu (1993), em seu tratado sobre “A Arte da Guerra”, alertar para o facto de que todas as guerras, inclusive as “pequenas guerras”, serem todas de conquista, os danos colaterais são uma exceção, mais do que os danos materiais, as perdas humanas são irreparáveis e insubstituíveis. Por causa delas morrem injustificadamente militares, civis, homens, mulheres e crianças.

Cumpridos recentemente os vinte e cinco anos da adoção da Convenção dos Direitos da Criança (CDC), existem crianças um pouco por todo o Mundo que durante os conflitos armados, pós-guerra e em situações em conflito com a Lei, continuam a ser vítimas de violência física e psicológica, torturadas, a sofrer tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, a serem abusadas e exploradas sexualmente, exploradas ao nível de trabalho, serem alvo de raptos para posteriormente serem vendidas ou traficadas sob qualquer forma ou propósito, condenadas à morte ou à prisão perpétua sem liberdade condicional, como é o caso dos EUA onde existem atualmente no “corredor da morte”⁵ imensos jovens, mais do que em qualquer outro país conhecido pela Amnistia Internacional. Desde 1990, esta sentença é praticada por mais sete países (Irão, Sudão, Paquistão, Iémen, China, República Democrática do Congo e Arábia Saudita) que não assinaram nem ratificaram a CDC, mas violam o preceito legal do art. 37.º “Nenhuma criança deverá ser sujeita a

⁵ Desde a data da primeira execução 1642 (em *Plymouth Colony*, no estado de *Massachusetts*) até a 2009, foram executados 364 jovens pelo cometimento de crimes e todos eles eram do género masculino.

tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Nem a pena capital ou prisão perpétua sem a possibilidade de ser libertado deverá ser imposta por ofensas cometidas por pessoas com idade inferior aos dezoito anos.” A situação dos EUA e os restantes países estão sob constante observação e a infringir de forma inequívoca as normas dos Direitos Humanos, que constam de inúmeros instrumentos internacionais (Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; Declaração sobre a Proteção de Mulheres e Crianças em Situações de Emergência e de Conflito Armado).

É neste contexto que surge a expressão subliminal “abuso” que importa definir. Abuso traduz-se por “qualquer forma de tratamento físico e/ou emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e/ou carências nas relações interpessoais, num contexto de uma relação de dependência (física, emocional e/ou psicológica), confiança e poder. Pode manifestar-se por comportamentos ativos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e/ou afetos). Pela forma reiterada como geralmente os abusos acontecem, privam a vítima dos seus direitos e liberdades afetando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social, no caso das crianças) e/ou dignidade. Tais comportamentos deverão ser analisados tendo em conta a cultura e a época em que têm lugar” (Magalhães, 2005).

Reconhecem-se quatro tipos principais de abuso infantil: (1) o abuso físico, que se refere a qualquer ação, não accidental, que provoque ou possa provocar dano físico com repercussões na saúde, sobrevivência, desenvolvimento e dignidade, podendo ser produzido, entre outros, por traumatismos com ou sem instrumento (empurrar, bater, pontapear, abanar, espancar, morder, queimar, etc.), intoxicações, ou asfixia; (2) o abuso sexual, que diz respeito a todo o envolvimento de uma criança em práticas que visam a gratificação e satisfação sexual de adulto ou jovem mais velho, numa posição de poder ou de autoridade sobre aquela; (3) o abuso emocional, que corresponde a um ato de natureza intencional caracterizado pela ausência ou pela falha, persistente ou significativa, ativa ou passiva, de suporte afetivo e de reconhecimento das necessidades emocionais da criança, de que resultem efeitos adversos no seu desenvolvimento (físico, mental, emocional, moral ou social); e (4) a negligência, que constitui uma forma muito específica e a que mais prevalece no abuso infantil; é um comportamento regular de omissão relativamente aos cuidados a ter com uma criança, não lhe proporcionando a satisfação das suas necessidades de cuidados básicos a nível físico (cuidados alimentares, de vestuário, de higiene e de habitação), emocional (necessidades de afeto, segurança, apoio emocional), educacional (inscrição na escola na idade própria, promoção de regular frequência escolar) e médico (vacinação,

acompanhamento médico regular, cuidados médicos urgentes), do qual resulta um dano na sua saúde e desenvolvimento (físico, mental, emocional, moral ou social); deve ser sempre considerada no contexto dos recursos disponíveis pela família ou cuidadores.

A dificuldade em identificar determinados tipos de abuso (como o sexual, o emocional e a negligência), relacionada com a tolerância social relativa a certas práticas (sobretudo no que se refere aos castigos físicos), a ocultação dos abusos por parte de vítimas e seus próximos, as dificuldades em estabelecer o diagnóstico diferencial destes casos com outras etiologias e a sua não sinalização às entidades competentes pelos técnicos que a tal estão obrigados por lei, leva a que seja impossível determinar a incidência do abuso de crianças e jovens, bem como a real extensão da morbilidade e mortalidade que lhe estão associadas (Crespo, Andrade, Alves, Magalhães, 2011).

As consequências podem ser de ordem psicológica, física e sócio-económica e assumir diversos graus de gravidade. Estas consequências correspondem a indicadores psicológicos, físicos, sexuais e socio-económicos de abuso, podendo manifestar-se de forma imediata ou a curto-prazo (e.g., ferimentos, que podem ser mortais), ou a médio-prazo (e.g., perturbações psicológicas ou do desempenho escolar ou profissional, perturbações psiquiátricas ou suicídio). A longo prazo poderão ocorrer episódios de violência nas relações de intimidade e abuso aos seus próprios filhos, reproduzindo a violência de que foi vítima em criança (transmissão geracional) (Magalhães, 2010).

A gravidade de todas estas consequências depende, de uma forma geral, do tipo e duração do abuso, do grau de relacionamento com o abusador, da idade da vítima e do seu nível de desenvolvimento, da sua personalidade e do nível de violência e ameaças sofridas. A consequência mais grave é, infelizmente, a morte. No caso das crianças, esta não é normalmente provocada de forma intencional, surgindo frequentemente em virtude das lesões sofridas associadas à sua especial vulnerabilidade física, o que significa nestes casos, que a identificação e diagnóstico precoce é fundamental para evitar este tipo de desfecho.

Minas antipessoais

Estamos constantemente a ser confrontados por imagens violentas veiculadas diariamente pelos *media*, que levaram a que o cidadão comum sentisse que podia estar vulnerável e receoso sujeito a agressões permanentes, aumentando não só o seu sentimento de insegurança mas ao mesmo tempo solidário com as questões humanitárias associadas aos conflitos armados. Esse sentimento fomentado pela dramatização e politização dos *media* de forma exagerada e sem fronteiras, manifestações que a todos afetam como reais ou potenciais vítimas (Rodrigues, 1999), “ascendeu à categoria de preocupação nacional

em todos os países industrializados” (Lourenço, 1998: 51), e da comunidade internacional, exigindo uma maior intervenção-ação em relação aos países emergentes economicamente e países subdesenvolvidos.

É neste ambiente de consternação que retratamos o sofrimento generalizado causado pelas minas antipessoais utilizadas em conflitos armados, como no caso da Guerra Colonial entre 1961-1974 e que infelizmente ainda são utilizadas noutros conflitos armados mesmo violando as regras consuetudinárias de Direito Internacional Humanitário aplicáveis a todos Estados e a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sobre a sua Destruição “Tratado de Ottawa”⁶.

De acordo com uma Organização Não Governamental (ONG), existem aproximadamente 100 milhões de minas terrestres distribuídas por 64 países ao redor do mundo, nos campos de cultivo, nas ruas, atalhos ou tanques de água. Os números são assustadores, a cada 20 minutos, uma pessoa é ferida devido à explosão. As minas não causam danos só aos seres humanos, elas ocasionam também grandes prejuízos à agricultura e à infraestrutura de um país.

O estudo desta problemática tem vindo a constituir, desde finais do século XX, uma matéria de relevância para a interdisciplinaridade das Ciências sócio-jurídicas e médico-legais no domínio da violação dos Direitos Humanos, Direitos da Criança e no sentido da sua promoção, prevenção e proteção, garantindo a educação do menor e a sua reinserção, de forma digna, social, eficaz e juridicamente responsável, na vida ativa em comunidade, o acesso a serviços e programas comunitários de saúde, terapêuticos, e a métodos e técnicas pedagógicas especializadas de apoio aos jovens menores e suas famílias associados a parceria em rede entre agências de cariz privado e/ou público.

Nesse contexto é de lamentar que a média anual de vítimas (mortas ou feridas) das minas antipessoais em Angola, por exemplo, seja de 80 pessoas. Uma calamidade que já mutilou mais de 80 mil cidadãos - oito mil dos quais crianças desde o início da guerra civil angolana que durou 27 anos e terminou em 2002. Prevê-se que ainda estejam por detonar, 10 milhões de minas em todo o território, embora a Cruz Vermelha estime em 15 milhões esse número. Um estudo divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2012) dá conta de que mais de 870 milhões de metros quadrados de terra foram desminados desde 2008 em Angola.

As minas são armas ocultas, pequenas, difíceis de detetar, baratas e fáceis de utilizar, são implacáveis, não distinguem um soldado de um civil, não reconhecem o cessar-fogo, com uma durabilidade aproximada de 30, 40 anos

⁶ O Tratado foi assinado em 1997 por 122 países, sendo atualmente 162 signatários. 35 países ainda não o assinaram, entre os quais destacam-se três grandes potências e membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: EUA, Rússia, China e Índia.

e podem mesmo comprometer as gerações vindouras de um país. Impedem a realização de sonhos, das crianças e adultos de construírem livremente as suas vidas pessoais e profissionais.

As crianças acabam por ser as mais afetadas, não resistindo por vezes a fatalidade dos ferimentos em relação aos adultos. Segundo o relatório da ONU sobre as minas terrestres por Walsh et. al (2003), é estimado que 50% vítimas venham a falecer em poucas horas após a explosão, porque os postos de saúde, centros, clínicas, hospitais, ficam distantes e os acessos são sinuosos. Além disso, das crianças que sobrevivem, poucas são aquelas que receberão próteses que irão acompanhar o crescimento.

Outro relatório da UNICEF por Graça Machel (1996), refere que o próprio formato e cor das minas facilmente são confundidas com um brinquedo pela criança, por exemplo no norte do Iraque, crianças curdas chegam a utilizar minas a servir de rodas para camiões de brincadeira e no Camboja, usam-nas para jogar a petanca. A iliteracia infantil e o ignorar de possíveis sinais da presença de minas, também pode estar na causa de muitos acidentes.

Direito Internacional e Regime Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Existe um manancial de instrumentos internacionais que versam sobre esta temática, mas é a CDC como Tratado Universal que se destaca, com base nesta tipologia de abusos institui os artigos 2.º, 3.º, 6.º e 12.º como princípios orientadores cujos Estados Partes assinaram e ratificaram o respetivo documento e devem respeitar na íntegra: o princípio da não discriminação (artigo 2.º), o princípio da salvaguarda do interesse superior da criança (artigo 3.º), o princípio do direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6.º), bem como o princípio da livre expressão das crianças (artigo 12.º). Quanto ao artigo 3.º da Convenção, o interesse superior da criança é o princípio regulador de todas as ações relativas à infância proporcionadas, quer por instituições de solidariedade privadas ou públicas, quer por tribunais ou ainda por autoridades administrativas ou legislativas. Este princípio, incluído na Declaração dos Direitos da Criança de 1959, assume extrema importância no conjunto de preceitos que regulam a articulação entre a ação do Estado, da sociedade civil e da família, direta ou indiretamente, e a forma como essa articulação se reflete no âmbito dos sistemas nacionais de proteção e promoção dos direitos das crianças em perigo⁷. Convém também frisar que no n.º2 do artigo 6.º, a Convenção se refere aos direitos de sobrevivência e

⁷ Cfr. artigos 5.º, 9.º, 18.º, 19.º, 20.º, 25.º em matéria de crianças em perigo.

de desenvolvimento da criança, abordando a proteção de uma multiplicidade de direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais⁸.

O n.º 1 do artigo 19.º da Convenção, impõe aos Estados Partes, que adotem “todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada”. Desse facto resulta que os Estados Partes têm responsabilidade jurídica pela prossecução dos direitos das crianças, mas muitas vezes esquecem esses princípios fundamentais e que repetidamente são violados por outros Estados.

O processo de intervenção nestes casos tem dois objetivos essenciais e pode acontecer por duas vias: a proteção da vítima (particularmente no caso das crianças, idosos ou adultos dependentes pela sua condição física ou mental) e a investigação criminal. Estes dois níveis de intervenção devem desenvolver-se de forma articulada para que não se causem danos acrescidos na vítima (vitimização secundária), para que não se percam vestígios do suposto crime e para que a vítima seja efetivamente protegida de forma adequada e em tempo útil.

Mas existem sempre diversas fases neste processo que são comuns nos seus aspetos essenciais e que se iniciam no momento da suspeita ou da deteção da situação de perigo, passando depois por diferentes procedimentos, de que se destacam os seguintes: sinalização; avaliação e investigação; diagnóstico; medidas de promoção dos direitos e de proteção; coordenação e acompanhamento do caso.

Suspeita ou deteção – da primeira abordagem da vítima à denúncia

Há que ter em conta que a maior parte das lesões nas crianças são acidentais, resultantes da forma descuidada como brincam conforme foi referido anteriormente, mas algumas podem não o ser, pelo que em certas situações, se deve suspeitar. Por outro lado, em qualquer idade, uma mudança súbita do padrão de comportamento anterior (sobretudo nos menores) pode ser considerado um indicador de maus tratos (Magalhães, 2005).

⁸ Este artigo 6.º, n.º 2 da Convenção determina que os Estados Partes assegurem, na máxima medida possível, a sobrevivência e o desenvolvimento da criança. Este princípio é complementado pelo princípio da reserva do possível (art. 4.º), na medida em que, face aos direitos económicos, sociais e culturais, apenas alguns Estados se comprometem a tomar as medidas legislativas, administrativas e/ou outras no limite máximo dos seus recursos disponíveis e, se necessário, no quadro da cooperação internacional.

Para avaliar a consistência da suspeita, o técnico terá de proceder a uma colheita de informação inicial sobre o caso, devendo contudo esta ser sumária e podendo, no caso das crianças, ser feita através do adulto que a acompanhe (desde que não seja o suspeito abusador). Esta primeira abordagem do caso, que será necessariamente sumária, visa situá-lo relativamente ao tipo de abuso, à data do mesmo (último, no caso de serem múltiplos), ao seu contexto (intra ou extra familiar), ao suspeito abusador e à possibilidade de ter havido destruição de evidências. Nesta fase será de particular relevância não aprofundar o caso fazendo múltiplas perguntas à vítima, tendo em vista evitar a contaminação do seu relato que deverá ser colhido e valorado durante o exame forense.

Quando são as próprias vítimas a revelar o abuso, podem fazê-lo através de uma pessoa de confiança (e.g., familiar ou conhecido) ou através de um profissional (e.g., professor, no caso das crianças; médico ou polícia, no caso dos adultos). Nestas situações, a revelação pode ter a ver com a necessidade da vítima desabafar ou solicitar algum tipo de apoio, não significando sempre, necessariamente, que esta esteja disponível para apresentar denúncia sobre o processo de vitimização, caso tenha capacidade legal para o fazer (Magalhães, 2010 a.).

No âmbito internacional da CDC no seu artigo 36.º os “Os Estados Partes protegerão a criança contra todas as demais formas de exploração que sejam prejudiciais a qualquer aspeto de seu bem-estar”. Qualquer pessoa pode levar um problema de violação de direitos ou de liberdades garantidos pela Convenção, ao conhecimento de um Tribunal cuja queixa será apreciada por um juiz singular ou Comité composto por vários juizes, aos Órgãos de Controlo das Nações Unidas (Comissão dos Direitos Humanos) e a milhares de pessoas em todo o mundo, ou formalizando a apresentação de uma queixa ou denúncia individual junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Certifique-se, antes de mais, de que os direitos ou liberdades de cuja violação se queixa estão consagrados na Convenção ou Protocolos adicionais. O Tribunal só pode apreciar queixas por violação dos direitos e liberdades garantidos pela Convenção se o queixoso tiver esgotado, no seu país, todos os meios que a lei lhe faculta para tentar remediar a violação. Existe ainda o Tribunal Penal Internacional que tem como objetivo promover o Direito internacional, e seu mandato é de julgar os indivíduos e não os Estados (tarefa do Tribunal Internacional de Justiça). Ele é competente somente para os crimes mais graves cometidos por indivíduos: genocídios, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e os crimes de agressão.

DISCUSSÃO

É com base nesta clarificação explanada, que se parte para as recomendações ínsitas sobre o trabalho de investigação e fundamentação fáctico-sócio-jurídica sobre esta problemática.

As minas antipessoais armazenadas devem ser destruídas dentro de quatro anos a partir da entrada em vigor da Convenção para um Estado particular. O Tratado de Ottawa menciona ainda que até que esta destruição tenha sido realizada, devem ser feitos todos os esforços no sentido de identificar as áreas minadas e de as mandar marcar, controlar e proteger por meio de uma cerca ou por outros meios para assegurar a não admissão de civis. No caso de um Estado não poder completar a destruição das minas colocadas dentro de 10 anos, ele poderá apresentar reunião dos Estados Partes um pedido para prolongar o prazo e para ser assistido no cumprimento das suas obrigações.

A UNICEF tem ao longo dos anos intervindo em várias regiões do Mundo e tem trabalhado muito para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento da criança, projetando os objetivos de desenvolvimento do Milénio e num dos seus relatórios, revela que os governos e comunidade internacional devem dar respostas multidimensionais e aprovar políticas sociais governamentais; proceder a mudanças de atitudes a nível local em áreas de maior risco; formar equipas locais e uniformizar técnicas e metodologias internacionais para fazer face às exigências, promover ações de motivação e sensibilização utilizando não só o conhecimento de peritos, professores mas também através da experiência pessoal de sobreviventes que se assumem como “mediadores locais” ou “dinamizadores comunitários” e explicam os perigos com as minas às crianças, nas escolas, junto das famílias; fomentar a criação de programas de reabilitação e tratamento. Os Estados afetados por minas têm direito a procurar e receber esta assistência diretamente de outras Partes no Tratado e através das Nações Unidas, de organizações nacionais ou regionais, componentes do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho ou de organizações não governamentais. Estes aspectos de cooperação da Convenção desempenham um papel tão importante como a própria proibição que ela impõe, na medida em que eles dão uma resposta internacional eficaz aos sofrimentos causados por estas armas.

O presente trabalho pretende aludir à interdisciplinaridade sócio jurídica e médico-legal no estudo da problemática da criança vítima de danos pessoais causados por minas antipessoais em conflitos armados e a importância da avaliação médico-legal, da sua reabilitação e consequentemente da sua reinserção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretende face ao manancial de problemáticas que assolam a sociedade é a necessidade premente de contribuir para essa mudança benéfica, escrevinhar sobre as crianças, renovando e valorando as suas mentes, proporcionar-lhes novas aprendizagens e novas oportunidades de vida, recordar alguns princípios e valores que regulavam a vida pessoal e ordem social (a questão dos afetos, a construção identitária, a inserção social harmoniosa, as regras de vida em comum, o respeito, a honestidade, a verdade, a formação cívica e civilizada, a educação, a ordem, paz e segurança), com base na educação para saúde e direito porque no fundo, eles são parte da renovada esperança do amanhã, o futuro de um país.

Mais do que um problema de natureza meramente jurídica e de saúde, é um problema eminentemente social que obriga a uma maior implicação de toda a sociedade na procura de alternativas que permitam a sua prevenção, proteção e reabilitação.

Dessa maneira pretende-se viabilizar o regresso do jovem à sociedade e a recuperação progressiva física e psicológica da sua autonomia de decisão e de condução da sua vida de modo social e juridicamente responsável com o respeito subjacente ao princípio da dignidade e condição da pessoa humana.

A chave para o êxito futuro, passa por democratizar uma ação participativa e consertada a nível de parcerias e protocolos preconizada pelos Estados e instituições sociais e de saúde privada, pública, entidades religiosas onde a família e os próprios jovens, todos os agentes sociais e jurídicos possam estar envolvidos, onde surja daí uma força local, com ideias empreendedoras e inovadoras para garantir a segurança, educação e cidadania. Assim estar-se-á colocar tónica e a respeitar a disposição legal do n.º1 do artigo 38.º da CDC em que “Os Estados Partes se comprometem a respeitar e a fazer com que sejam respeitadas as normas do Direito Internacional Humanitário aplicáveis em casos de conflitos armado, no que digam respeito às crianças” assim como o artigo 39.º “Os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para estimular a recuperação física e psicológica e a reintegração social de toda criança vítima de: qualquer forma de abandono, exploração ou abuso; tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; ou conflitos armados. Essa recuperação e reintegração serão efetuadas em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança.”

Referências bibliográficas

1. Crespo M, Andrade D, La-Salete Alves A, Magalhães T. O papel do médico dentista no diagnóstico e sinalização do abuso de crianças; 2011. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73522/2/73929.pdf>.
2. Durkheim E. O Suicídio. Estudo Sociológico. Lisboa: Editorial Presença; 1973. 291 e ss.
3. Lourenço N. Delinquência urbana e exclusão social. In: Sub Judice, n.º 13; 1998.
4. Machel G. Land-mines: A deadly inheritance. In: Impact of Armed Conflict on Children Unicef official Report; 1996. Disponível em: <http://www.unicef.org/graca/>
5. Magalhães T. Maus tratos em crianças e jovens. Guia prático para profissionais. Coimbra, Quarteto; 2005.
6. Magalhães T. Maus tratos e violência doméstica. Universidade do Porto e Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.; 2010.
7. Magalhães T. Abuso de Crianças e Jovens: Da suspeita ao diagnóstico. Lisboa. Lidel Editora; 2010^a. 147-188.
8. Rodrigues AM. Política criminal e política de menoridade, Psicologia: Teoria, Investigação e Práticas, Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho, n.º2; 1999, 285-294.
9. Tzu S. A Arte da Guerra. Publicações Europa-América; 1993.
10. Walsh NE, Walsh, WS. Demining. In: Bulletin of the World Health Organization; 2003. Disponível em: <http://www.un.org/en/globalissues/demining/>

Resumo: A pandemia do dano pessoal nas crianças em conflitos armados.

É este o mundo turbulento, enigmático e setorial em que nos inserimos e interligamos, que debita em nosso juízo uma ressonância que pressupõe uma discussão livre e amplamente participada, uma partilha de reflexão e análise sócio-jurídica e médico-legal da problemática da violação dos Direitos Humanos em palcos de guerra e conflitos armados. É neste contexto que surge a expressão subliminal “abuso” que pode apresentar consequências de ordem psicológica, física e sócio-económica e assumir diversos graus de gravidade, principalmente nas crianças. É neste ambiente de consternação que retratamos o sofrimento generalizado causado pelas minas antipessoais utilizadas em conflitos armados. O estudo desta problemática tem vindo a constituir, desde finais do século XX, uma matéria de relevância para a interdisciplinaridade das Ciências sócio-jurídicas e médico-legais no domínio da violação dos Direitos Humanos, Direitos da Criança. Assim pretende-se nesse âmbito e com este trabalho, aludir à problemática da criança vítima de danos pessoais causados por minas antipessoais em conflitos armados e a importância da avaliação médico-legal, da sua reabilitação e consequentemente da sua reinserção social.

Palavras-chave: Conflitos armados; dano corporal; abuso; direitos da criança.

Summary: Pandemic body damage on children in armed conflicts.

Is this the turbulent, enigmatic and sectoral world in which we operate and we are linked, which delivers on our judgment a resonance, that involves a free and widely participated discussion, sharing reflections and socio-legal and forensic assessment of the problematic of Human Rights violations in war scenes and armed conflicts. It is in this context that the subliminal expression “abuse” arises that may bring psychological, physical and socio-economic consequences and assume different degrees of severity, especially in children. It is in this environment that we portrayed the consternation of the widespread suffering caused by anti-personnel mines used in armed conflicts.

The study of this problematic has become, since the late twentieth century, a matter of relevance to the interdisciplinary nature of social legal and legal medicine sciences in the field of Human Rights violations, Children’s Rights. Therefore we intend to in this context and with this study, allude to the problematic child victim of body damage caused by anti-personnel mines in armed conflicts, and the importance of forensic evaluation, rehabilitation and hence about their social reintegration.

Key-words: Armed conflicts; body damage; abuses; children’s rights.